

Sexualidade: (re)pensando a repressão 6

Maria Luiza Macedo de Araújo*

RESUMO

O artigo discute a repressão sexual através de um ponto de vista da história das 'idéias. É dada relevância ao pensamento católico que, ao ser difundido, incorporou o platonismo, o neoplatonismo e o estoicismo, filosofias que norteavam o pensamento dos intelectuais convertidos. A partir daí, surge como vertente a cristianização do pensamento grego. Embora a Igreja tenha deixado de ser a normatizadora da sexualidade, os educadores e médicos continuaram tendo posicionamentos que, com o aval científico, ratificavam a visão da moral sexual tradicional. Deixa em aberto uma questão importante: será que já adquirimos maturidade suficiente para discutir a questão da sexualidade mantendo uma atitude de isenção, aceitando o outro como ele é e não fornecendo a nossa verdade?

* Psicóloga, Mestre em Psicologia, Doutora em Fisiologia, professora do Mestrado em Sexologia da Universidade Gama Filho.

Recebido em 9.5.97

Aprovado em 18.5 97

Desde a pré-história, quando o homem se organizou em grupos, houve a necessidade de que regras de convívio, ou seja, limites, fossem estabelecidos a fim de que pudesse interagir com seus semelhantes; o sexo se insere neste momento, dentro das normas de convivência, nem sempre pacífica. A luta básica era pela sobrevivência. Neste sentido as práticas sexuais obedeceram a regras, exigências naturais e cerimônias. Passam-se milênios para que o homem consiga descobrir que pode modificar a natureza, ou seja, inserir valor e então cria a cultura. Neste ponto necessitamos definir o que entendemos por cultura - é a inserção de valor na natureza - ou seja, a natureza é modificada, ou transformada pelo ser humano que, num primeiro momento, descobre que pode semear e domesticar animais; descobre ainda a paternidade, pois assim como os animais precisam copular para que a fêmea reproduza, também entre os humanos há a necessidade do homem fecundar a mulher (Tannahill, 1983). Num determinado momento da história o sexo deixou de ser apenas biológico para ser cultural e assim diferentes culturas têm suas normas referentes à questão sexual.

Dentro deste ponto de vista, não existe convivência humana sem repressão. Marilena Chauí (1984, p. 9) define repressão sexual como “um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade”. É neste sentido que estaremos refletindo sobre o tema. Temos que considerar ainda que a discussão sobre repressão sexual iniciou-se no século XIX. Até então, sexo era assunto de teólogos. Moralistas, pedagogos, juristas, confessores e artistas. O discurso médico-científico ratificou o discurso moral, tornando-o científico a possibilitando que não mais o confessor ou o pastor ditassem as regras sexuais, o sexo passou a ser domínio da ciência, que classificou as patologias e patologizou o prazer, dando um fundamento científico a posicionamentos que referendavam as posições moralistas de então (por exemplo, a condenação à masturbação, que poderia provocar as mais nefastas enfermidades, o que não se confirmou com os estudos subsequentes de fisiologia sexual).

Em nossa opinião, diversos equívocos marcaram a forma como a questão sexual foi articulada no Ocidente, por isso, precisamos voltar no tempo e chegar à Antiguidade: observamos que a raiz do enfoque do corpo como algo que atrapalha a alma para se desenvolver está com a interpretação da filosofia platônica, neoplatônica e estoica pelos pensadores cristãos desta época, que deram um sentido diferente à alma da qual Platão fala. Alma para o pensamento grego é *intelecto e vontade* e alma para o cristão é *o espírito*, a própria essência da vida. Para o grego não havia a noção de pecado e o que ele valorizava era a harmonia do ser. O desen-

volvimento das virtudes tinha o objetivo de tornar o homem senhor dos desejos e não escravo das paixões. A virtude para o grego não tem o sentido religioso e sim existencial. Ora, quando o cristianismo foi difundido para a camada intelectualizada, os intelectuais que se converteram já eram adeptos de filosofias que colocavam restrições ao corpo e que procuravam, como forma de vida, controlar as paixões (o sexo seria uma delas) através do intelecto (Brown, 1990). A transposição para um contexto religioso foi óbvia. Por outro lado, havia a crença de que o fim do mundo estaria próximo, então as pessoas deveriam manter-se em estado de pureza e castidade (interpretação errônea de São Paulo) a fim de serem julgadas (Araújo, 1995). O pecado do corpo (ou da carne) seria o sexo - temos aí outra interpretação errônea dos textos bíblicos, pois carne, num sentido bíblico; significa existência e não corpo (Léon-Dufour, 1965). Para completar o quadro de equívocos, reinos Santo Agostinho, intelectual brilhante da época, que deixou imensa obra de teologia moral, mas que por razões particulares, colocou o sexo como fonte de pecado. Santo Agostinho tinha pertencido a uma religião chamada “Maniqueísmo”, na qual a crença básica seria que duas forças regem o mundo - o bem (representado pela luz) e o mal (que seriam as trevas). Nesta religião os adeptos praticavam o controle da natalidade, pois cada criança que nascia aumentava as trevas e somente através de uma ascese pessoal conseguiria se purificar para que a luz vencesse as trevas. Ele conservou a estrutura maniqueísta de pensamento, contrapondo a virtude ao vício e, excetuando o sexo sem prazer para a procriação, vê a prática sexual como pecado. Sua engenhosidade intelectual ainda completa o quadro postulando que não deve haver paixão entre os cônjuges, pois assim fica mais fácil abdicar do sexo em função da família. Está formado o arcabouço intelectual que irá sedimentar o pensamento ocidental sobre a questão sexual (Brown, 1965).

Acrescentemos o período de mil anos que dura a Idade Média, onde a Igreja possuía todo o poder espiritual e pretendia o temporal. Nesta fase, toda forma de desenvolvimento intelectual partia da Igreja e tinha seu aval. Em virtude de questões políticas, o Oriente e o Ocidente estavam divorciados. Logo, ficou fácil para a Igreja tornar-se a única forma de difusão da cultura. Toda problematização da sexualidade seria feita a partir da teologia moral em termos de virtude e vício, logicamente o sexo passou a ser parte da luxúria e o prazer proscrito, seguindo a posição agostiniana de que o sexo só seria lícito se fosse praticado sem “deleite” e para a procriação (Araújo, 1985, 1995).

A sociedade evoluiu como um todo e chega-se ao século XVI com o renascimento trazendo uma nova visão do mundo e um retorno ao clacissismo e, no plano religioso, a Reforma Protestante introduziu modificações importantes na forma de articular a moral. Há transformações na ordem econômica européia, gerando uma nova ordem social, surge a burguesia e os pedagogos assumem a liderança na postulação dos princípios educacionais. Criam-se regras de recato e educação que visam cada vez mais disciplinar o homem. Neste momento, há a passagem do controle da sexualidade do plano religioso para o plano social, onde o indivíduo intrometa as normas de recato e pudor, sendo seu próprio juiz. Este período coincide com a separação entre moral e religião, ou seja, não haveria necessidade de temer o julgamento divino pois o homem, mesmo sem acreditar em Deus, poderia ter a capacidade de agir de acordo com a moral (Araújo, 1995, Van Ussel, 1983).

Chega-se ao século XIX, o qual ficou caracterizado pelo duplo padrão e hipocrisia, pois o extremo rigor moral convive a todo momento com a transgressão. Freud introduz o conceito de inconsciente, que explica o mecanismo de recalçamento e repressão. Passa-se então a entender como o sexo é reprimido e se manifesta em situações aparentemente não sexuais. Nunca se falou tanto em sexo e sexualidade, porém o discurso não serviu para libertar e sim para reprimir pois fala-se muito, mas a finalidade é o controle. Os livros que tratam de educação sexual repetem os mesmos posicionamentos religiosos e morais. Somente para dar um exemplo ilustraremos com um livro publicado no Brasil, em 1930, por um médico, José de Albuquerque, que se chama *Moral Sexual*. Ele afirma:

A função sexual, quando realizada dentro dos preceitos da boa ética, sem ser desviada de sua verdadeira finalidade, sem ser transformada em objeto de prazer, respeitando a todos os preceitos da moral sexual, (...) nada tem de imoral, como nenhuma imoralidade existe em qualquer função do organismo, quando orientadas, conforme já vimos, de acordo com os preceitos da fisiologia e da higiene.

O fim de todas as funções é o mesmo, garantir a conservação do organismo, tendo além deste, a função sexual um outro, que é o de garantir a conservação da espécie “ (p. 19-20).

Neste livro a questão sexual não é vista como a possibilidade de interação entre duas pessoas, mas sim como uma forma de aliviar uma necessidade premente nos homens, porque as mulheres que são honestas não têm tais necessidades. Ele compara a sexualidade a qualquer atividade fisiológica, tal como a digestão. Além disso, repete Santo Agostinho dizendo que o sexo não deve ser praticado por prazer. Sua posição se complica

quando diz que, em períodos que a esposa não pode se relacionar com o marido ele deve procurar uma prostituta, pois não é saudável reprimir a função sexual.

Outro médico (este é católico) apresentou uma tese em 1946 onde diz que “o pecado contra a Castidade é, sem dúvida, a maior e mais pernicioso *fonte dos males* que minam a saúde e a vida da Humanidade”. Para ilustrar o posicionamento do referido autor transcrevemos o seguinte:

“A virtude cristã, muito sabiamente, costuma indicar com grandes, incalculáveis proveitos físicos e morais para todos da família, os seguintes tempos de viverem como irmãos guardando a nobreza da continência conjugal.

1º Os dois primeiros meses de casados.

Aos cônjuges virgens a virtude concede o privilégio da intangibilidade, isto é, o direito de ainda por aqueles dois meses guardar o precioso tesouro da Virgindade, sem constrangimento legal que os obrigue ao ponto contrário. É isto uma aceitação pratica do conselho que o Arcanjo São Rafael dera a Tobias o moço, ao se desposar com Sara.

“É extraordinário e sem conta o número de benefícios com que esta virtuosíssima prática favorece aos recém-casados.

Foi a expressão que, há poucos meses, ouvi de um colega médico, casado há cinco anos. Ele, par três meses, guardou essa pratica da Virgindade após o casamento, ensinada pelo grande médico celeste, o glorioso São Rafael Arcanjo, cujo nome quer dizer: Medicina de Deus.

2º Aos Domingos e Dias Santos de guarda.

3º Durante o tempo da Quaresma, isto é, de Quarta-feira de Cinzas até a Páscoa.

4º- Durante as quatro semanas do Advento, isto é, do Primeiro Domingo até o Natal.

5º Nas tēmporas de Pentecostes e nas de Setembro, isto é, nos dias de Quarta-feira, Sexta-feira e Sábado da Semana depois de Pentecostes ou dia do Divino e da Semana depois da Exaltação da Santa Cruz 14 de Setembro.

6º Nos três dias de Rogações ou Ladainhas que precedem o dia da Gloriosa Ascensão do Senhor.

7º Nas quatro Vigílias principais, a saber: 1) da véspera do Divino (Pentecostes); 2) da véspera da Assunção da Senhora; 3) da véspera do São Pedro e São Paulo; e 4) da véspera de Todos os Santos” (Franco Filho, 1946, p. 17).

**FRANCO FILHO, 1946. p. 17.

Este autor conseguiu ser mais ortodoxo que os papas Leão XIII e Pio XI que publicaram duas encíclicas relacionadas à família e ao matrimônio cristão, respectivamente em 1880 e 1930, sendo que somente nesta última é que foi admitido o controle da natalidade pelo método rítmico, abrindo-se então uma porta para o prazer.

Note-se que somente no pós-guerra é que a questão sexual pode ser discutida de forma mais objetiva. Consideramos que os trabalhos de Kinsey e cols., em 1948 e 1953, foram decisivos para dar uma radiografia da sociedade enquanto Comportamentos efetivos e não como ingerências feitas a partir de posicionamentos pessoais. Na década de 60 surgem a pesquisa de Masters e Johnson relativa à resposta sexual humana, tendo sido a primeira vez que os pesquisadores ousaram observar, medir e quantificar a resposta sexual humana. Desta pesquisa resultou o primeiro modelo de terapia sexual, um trabalho no qual havia a proposta de cura das disfunções sexuais. Este trabalho originou todos os modelos de terapia sexual.

Temos, então, apenas quatro décadas em que o sexo foi tratado objetivamente, o que não significa que já tenhamos superado a repressão à sexualidade. Muitas pessoas dirão que às vésperas do terceiro milênio não seria verdadeiro dizermos que a repressão sexual ainda exista, que o sexo é mostrado ao vivo e a cores nos meios de comunicação, que a Igreja não forma mais a mentalidade da maioria das pessoas. Que dizer então quando uma determinada pessoa vai planejar um trabalho de educação sexual e começa pelas doenças sexualmente transmissíveis? Ou das discussões sobre sexualidade nas quais não se leva em conta a questão do sexo como uma forma de crescimento pessoal? Ou das professoras da escola primária ou do pré-escolar que ficam extremamente perturbadas tom as brincadeiras infantis ou com a manipulação genital? Ou ainda das mães que fingem que não vêem ou não sabem que seus filhos já estão engajados em atividades sexuais par não saberem o que dizer para eles? Ou ainda da jovem que apenas quer se relacionar com seu namorado e engravida pois não tomou providências para não engravidar? Ou do(a) médico(a) que desconversa quando o(a) cliente fala da sua própria sexualidade por não saber o que dizer? Os cursos de medicina, fisioterapia, enfermagem, educação física têm a cadeira de sexualidade humana? Os professores de primeiro e segundo grau recebem treinamento para lidar com o jovem e seus questionamentos? Ou ainda se pratica a pedagogia do silêncio em muitas ocasiões?

Deixo para o final talvez a pergunta mais importante: Suponhamos que o governo resolvesse colocar em prática a proposta de educação sexual obrigatória em todo território nacional, teríamos profissionais capacita-

dos em número suficiente para dar conta do recado? Ou se repetiria o que aconteceu no século XVIII, quando os educadores passaram ensinamentos baseados em seus posicionamentos morais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBUQUERQUE, José. *Moral sexual*. Rio de Janeiro: Tipografia Coelho, 1930.
2. ARAÚJO, Maria Luiza Macedo. *A sexualidade do universitário: uma pesquisa entre estudantes do Rio de Janeiro*, Dissertação do Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1985.
3. ARAÚJO, Maria Luiza Macedo. *Moral sexual: um estudo sobre o pensamento católico e suas relações com a sociedade brasileira*. Tese do Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1995.
4. BELZER, E. G. *An historical sketch of western man's sexual attitudes* in F. COHN. *Understanding human sexuality*. New Jersey: Prentice-Hall, 1974.
5. BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
6. CHAUI, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
7. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução do Ruy Jungman. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
8. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
9. FRANCO FILHO, José Gonzaga. *A castidade nos três estados*. Fortaleza: 1946.
10. GREGERSEN, Edgar. *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. São Paulo: Roca, 1982.
11. LEO XIII, Encíclica “*Arcanum Divinae Sapientiae*” (1870). Documentos Pontifícios: Vozes, Petrópolis.
12. LÉON-DUFOLTR, Xavier. *Vocabulário de teologia bíblica*. Barcelona: Herder, 1965.
13. MASTERS, William e JOHNSON, Virginia. *A conduta sexual humana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
14. MASTERS, William e JOHNSON, Virginia. *A incompetência sexual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
15. NAHOUM, Jean-Claude. *A construção da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro. São Paulo: Eleá Ciência Editorial, 1989.
16. PIO XI, Carta Encíclica “*Casti Conubii*”, 1930. Documentos Pontifícios. Petrópolis: Vozes, 1960.

17. RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996.
18. SUSSMAN, Norman. *Sex and sexuality in history*, in B. J. SADOCK, H. J. KAPLAN e A. M. FREEDMAN (orgs.), *The sexual experience*. Baltimore: The Williams & Wilkins Company, 1976.
19. TANNAHILL. Reay. *Sexo na história*. Rio do Janeiro: Francisco Alves, 1983.
20. VAN USSEL, Jos. *Reprressão sexual*. São Paulo: Campus, 1980.
21. VIRAL. Marciano. *Moral de atitudes: I - Moral fundamental*. Tradução de Ivo Montanhese. Aparecida-SP: Editora Santuário, 3ª ed. 1986.
22. VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes: II - Ética da pessoa*. Tradução de Ivo Montanhese. Aparecida-SP: Editora Santuário, 3ª ed., 1988.
23. WOOD. Robert. *Civilizações antigas, vida sexual* in ELLIS. Albert e ABARBANEL, Albert (orgs.). *Enciclopédia do comportamento sexual*. Tradução de Edison Carneiro. V. II C-E. Rio de Janeiro: 1967.